

Órgãos internacionais só voltam a emprestar com aval do FMI

LEISE TAVEIRA

BRASÍLIA — Só um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) deverá fazer com que os organismos multilaterais de crédito voltem a emprestar recursos para o Brasil. De acordo com levantamentos feitos pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, a curto prazo, é possível que o Brasil consiga uma carteira de empréstimos no valor de US\$ 3 bilhões a US\$ 4 bilhões ao ano. Os setores de maior interesse são infra-estrutura, exporta-

ção, saúde e transportes, para os quais verbas nacionais são escassas e os financiamentos de longo prazo não existem:

— As vantagens destes empréstimos são os juros, bem inferiores aos do mercado interno. E os prazos são mais longos — diz um técnico da Secretaria.

Nos últimos anos, o país esteve praticamente limitado a empréstimos de dois organismos financiadores: Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que de 1985 a 1993 liberaram um total de US\$ 14,416 bilhões. Houve

também recursos oriundos de agências de cooperação técnica ligadas à preservação do meio-ambiente, como a KFW alemã, que fechou, em 1989, um acordo para liberação de US\$ 200 milhões para projetos ligados ao setor. Outra agência é a OECF japonesa, que aprovou financiamentos de US\$ 850 milhões para a despoluição da Baía de Guanabara e do Rio Tietê.

Todavia, os Eximbanks e demais órgãos multilaterais, embora disponham de recursos suficientes para financiar obras importantes no país e tenham inte-

resse em emprestar, sequer conversavam com os técnicos brasileiros, por falta de aval do FMI para os empréstimos. É o caso, por exemplo, do Eximbank japonês, que já negociou dois contratos com o Brasil — um com o BNDES e outro com a Vale do Rio Doce — no valor de US\$ 200 milhões, cada. As negociações foram feitas há mais de dois anos, mas por enquanto, nem um centavo foi liberado, por falta do aval do Fundo. No caso do Eximbank americano, não havia sequer condições para, negociar, devido à falta de acordo com o FMI.